

A produção de Cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil: Valorização do agronegócio e expansão do capital.

Ilena Felipe Barros.

Cita:

Ilena Felipe Barros (2019). *A produção de Cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil: Valorização do agronegócio e expansão do capital*. XXXII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Lima.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-030/425>



A produção de Cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil: Valorização do agronegócio e expansão do capital

Ilena Felipe Barros

Resumo

O presente artigo origina-se dos estudos e pesquisas realizados na área canavieira do Nordeste brasileiro. O objetivo central é analisar a reprodução e acumulação do capital, a partir da monocultura da cana-de-açúcar na região Nordeste do Brasil. Desde a colonização brasileira, a produção de cana-de-açúcar ganhou destaque no desenvolvimento econômico e hoje é uma importante monocultura do agronegócio e da expansão do capital no campo. As transformações ocorridas no setor sucroalcooleiro revelam a dinâmica e metamorfose do capital a cada fase e como ele se reestrutura para garantir sua reprodução, dominando o processo de trabalho, os meios de produção e a força vital que faz gerar a riqueza. Tudo isso via avanço científico e tecnológico, incentivos fiscais, ajuste estrutural da economia local e prioridade ao agronegócio. Esse “progresso” modernizador representa a valorização do capital, à medida que desenvolve estratégias de extração da mais valia de trabalhadores agrícolas e industriais. Como resultado desse processo de acumulação do capital no campo, tem-se a intensificação da exploração da força de trabalho; degradação ambiental; uso intensivo de agroquímicos; altos índices de empobrecimento e miséria da população local; entre outras consequências. Para elaboração desse artigo utilizou-se de pesquisa documental e revisão de literatura.

Palavras chave

Nordeste; cana-de-açúcar; agronegócio; agroindústria; capital.

Introdução

O Nordeste tem sido um importante produtor de cana-de-açúcar desde a colonização brasileira (realizada pelos Portugueses) até os dias atuais. A produção de açúcar e álcool tem sido um setor importante para o desenvolvimento econômico do Nordeste. No período da colonização, o sistema *plantation*, iniciado em Pernambuco e na Bahia na primeira metade do século XVI, foi destinado, sobretudo à cana-de-açúcar, provocando o desmatamento e fixando os engenhos que fabricavam o açúcar bruto, a rapadura e a aguardente. Estes eram movimentados pela força humana. Posteriormente, os engenhos utilizaram a tração animal - bois e éguas - ou a água.



Havia engenhos dos mais diversos portes e importância, convivendo com os chamados engenhos reais e as engenhocas. Em geral, os proprietários eram sesmeiros ligados aos donatários das capitanias e recebiam o financiamento de comerciantes europeus, sobretudo de judeus sefarditas que haviam sido expulsos de Portugal e se instalado na Holanda. (Andrade, 2001, p. 05)

O desenvolvimento da monocultura da cana e da produção de açúcar transposto do Brasil para as Antilhas após a expulsão dos holandeses do Nordeste provocou uma melhoria nas técnicas de produção e na qualidade do produto. Ocorre, então, um impacto sobre o Nordeste que continuou, até o começo do século XIX, a cultivar a cana crioula, a usar a força de trabalho manual - o arado só foi introduzido em meados do século XIX - e a produzir o açúcar bruto, de baixa qualidade.

Ainda na historiografia de Andrade (2001), ressalta-se que as inovações em escala internacional introduzidas no século XIX determinaram a necessidade de modernização da produção açucareira, dando margem ao programa imperial de implantação de engenhos de maior porte. Assim, a partir de 1874 foram reestruturados os engenhos banguêses, visando à produção de açúcar branco e demerara, surgindo então às fábricas de maior capacidade de produção. Quando eram de propriedade particular, chamavam-se usinas; quando de empresas comerciais, geralmente estrangeiras, denominavam-se engenhos centrais. O que distinguia umas das outras era que as usinas, sendo de propriedade de antigos senhores de engenho e de parentes e vizinhos associados, não separavam a produção da industrialização da cana e utilizavam a força de trabalho escrava, enquanto os engenhos centrais, subsidiados e com garantias de juros do capital aplicado pelo governo, tinham restrições quanto à posse de terras para a cultura da cana e à utilização da mão-de-obra escrava. A produção da cana a ser industrializada nos engenhos centrais era feita por proprietários de terra, antigos senhores de engenho que a vendiam ao engenho central, comprometendo-se a fornecer cotas anuais. Esses proprietários de engenho que desmontavam a sua indústria eram chamados de fornecedores de cana, substituindo os banguezeiros.

Com a criação das usinas foram fundadas numerosas pequenas unidades produtivas, muitas delas com instalação de algumas máquinas que lhes permitia a produção do açúcar demerara. À medida que aumentavam a sua capacidade de produção iam absorvendo os engenhos banguêses que restavam e, posteriormente, também pequenas e médias usinas. Observou-se, então, que a instalação de maquinário



moderno, ao mesmo tempo em que diminuía o número de usinas em atividade, aumentava a produção de açúcar.

Andrade (2001, p. 06), afirma que “o grupo dominante, formado com a colonização, teve a capacidade de se adaptar a cada momento histórico, continuando até hoje no controle da produção açucareira regional, expandindo-se até em outros estados da Federação e formando uma oligarquia política que manteve por muito tempo o controle do Estado”.

Metodologia

Para elaboração desse artigo utilizou-se de pesquisa documental e revisão de literatura. Para apreender de forma aprofundada os determinantes da acumulação do capital no campo e a expansão a monocultura da cana-de-açúcar foi necessário realizar uma imersão na literatura da questão agrária brasileira para apropriar-se de algumas categorias temáticas que se articulam com o tema central desse artigo, são elas: expansão e crise do capital/padrão de intervenção estatal; questão agrária; agronegócio; acumulação e reprodução capitalista no campo. Posto isso, é importante afirmar a importância da pesquisa no mundo rural, suas particularidades e singularidades.

A pesquisa, pois, é fundamental para a formação profissional e o conhecimento que deriva da prática profissional. A apreensão do real, em uma perspectiva de totalidade, não se coloca imediatamente de modo pronto e acabado, mas se constrói, através da pesquisa científica. Neste sentido, “[...] a pesquisa garante o status de maioria para a profissão”. (Guerra, 2009, p.702)

Dessa forma, buscou-se conhecer o real, para contribuir na sua transformação. A perspectiva de totalidade inscrita no método de Marx é a opção teórico-metodológica desse artigo, na busca de apreender o real em suas múltiplas determinações, relacionando aparência e essência em sua relação dialética. Parte da premissa de que “[...] a realidade, os fatos, os acontecimentos, precisam ser desmascarados, desvendados. Daí esse percurso entre o que é a aparência e a essência, entre a parte e o todo e o singular e o universal” (IANNI, s/d, p. 03-04).



Resultados e discussões

Expansão da Monocultura da Cana-de-açúcar e a formação de sua agroindústria no Nordeste.

A organização da agroindústria canavieira no Nordeste e no Brasil tem como características a forte concentração da renda e do poder nas mãos dos proprietários de terra (senhores de engenho, usineiros e fazendeiros), que influíram decisivamente na articulação de uma rede de relações políticas e institucionais, com apoio governamental, criação de mecanismos e dispositivos de proteção à monocultura e a reprodução ampliada do capital.

Até a década de 1940, o Nordeste era o maior produtor de açúcar para exportação. Após a Segunda Guerra Mundial, o Sudeste, especialmente, São Paulo passa a ser o maior produtor de açúcar, orientado para o mercado interno. Mas o Nordeste continuou sendo o maior exportador, financiado pelo Estado. Esse apogeu das exportações de açúcar pelo Nordeste foi mantido até a década de 1990, quando ocorre a desregulamentação.

Na década de 1960, o Brasil implementa um forte processo de modernização das usinas, com aumento da capacidade de moagem e da área plantada para atender ao mercado americano, pois Cuba, seu maior fornecedor, deixara de cumprir esse papel, dado o embargo norte-americano, devido a Revolução Socialista. As usinas paulistas aproveitam a modernização tecnológica e ampliam sua capacidade produtiva e superam a produção do Nordeste.

Em 1970, o complexo agroindustrial canavieiro passa por um processo de modernização para atender às exigências das exportações. A mecanização agrícola se processou na etapa do preparo do solo, mas o plantio e o corte permaneceram manuais, exigindo quantidade significativa de força de trabalho. A produção extensiva, somada à modernização demandou uma expansão da área plantada, portanto de mais terra, requerendo um número maior de trabalhadores para o corte e plantio da cana-de-açúcar. Como a modernização foi parcial, nas décadas de 1960 e 1970, o plantio, a colheita e o carregamento da cana continuaram sendo manual, até final da década de 1980. Como destacam

Apenas as atividades de transporte das mudas, abertura dos sulcos, ou valas, fechamento e adubação passaram a ser feitas por caminhões e máquinas agrícolas. No plantio manual, ou semimecanizado, os trabalhadores, que realizam as atividades de



jogar e picar a cana, estão submetidos a um elevado ritmo de trabalho, determinado pela velocidade das máquinas, que estão na frente e atrás dos trabalhadores. (Novaes e Alves, 2007, p.25)

Esse processo de modernização tecnológica também acarretou a expulsão de milhares de trabalhadores rurais que viviam da agricultura de subsistência, em suas pequenas glebas. Estes foram obrigados a deixar suas terras, forçados pelo processo de expropriação e pela própria lógica de expansão da área de monocultura canavieira e obrigados a subjugar-se ao assalariamento rural nas usinas. A modernização colocou a favor da expansão do capital agroindustrial uma massa de trabalhadores rurais sem terra.

Em meados da década de 1970, a agroindústria canavieira passa por nova modernização, quando da produção de álcool combustível, incentivada pelo Programa Nacional do Álcool (PRO-ÁLCOOL), do governo federal, incorporado a matriz energética brasileira. Nesse momento, há uma expansão da área canavieira e a expropriação de agricultores familiares nos arredores das terras das usinas e destilarias, disponibilizando força de trabalho barata para o trabalho nos canaviais. Nesse processo de modernização da agroindústria canavieira, registra-se a migração intensa de trabalhadores rurais para a produção do Sudeste, principalmente dos Estados do Nordeste.

De acordo com Novaes e Alves (2007, p. 26) esse período caracterizou-se por uma,

[...] dinâmica do complexo agroindustrial canavieiro, tanto voltada ao mercado externo quanto ao mercado interno, nas décadas de 1960 e 1970, respectivamente, promoveu o desenvolvimento de uma capacidade competitiva, fundada em: baixos salários, eficiência de suas operações, uso extensivo da terra e intensivo de meios disponibilizados pela natureza.

Os anos 1980 foram caracterizados pela fase de desaceleração, coincidindo com a crise fiscal e financeira, que causou um impacto negativo no Nordeste. A taxa média de crescimento econômico diminuiu, então, para 4,3%. Na década de 1990, o Estado brasileiro passa por mudanças significativas para inserir-se nas políticas de ajuste estrutural do neoliberalismo e não consegue prosseguir com a política de crédito, promovendo a desregulamentação parcial do setor canavieiro e uma abertura comercial, acrescido da queda do preço de açúcar e álcool em âmbito internacional. “A relação do



setor canavieiro com o Estado modifica-se ao longo deste período, porém a aliança histórica com a classe dominante mantém-se". (Sant'Ana, 2012, p. 28).

A partir da desregulamentação do complexo canavieiro, diferentes estratégias foram implementadas para o retorno do crescimento do setor, principalmente o crescimento técnico nas unidades produtivas e a concorrência interna entre as empresas do complexo agroindustrial. Instala-se um novo padrão de produção enxuta, com a redução de custos. Esse novo paradigma, como nos informa Novaes e Alves (2007) prever:

Adoção de mecanização do plantio e do corte da cana crua; automação no controle de processos de produção industrial; aumento da produtividade do trabalho, com redução do número de trabalhadores empregados; [...] aumento da produtividade agrícola, medida em quantidade de sacarose; mudanças empreendidas nas formas de gestão da força de trabalho [...]. (Novaes e Alves, 2007, p. 28)

Assim, a partir de 2002, o setor volta a desenvolver-se e ganha novo dinamismo. Isso devido a alguns fatores: crescimento da demanda interna de álcool, em decorrência dos novos modelos de automóveis "flex fuel", movidos por álcool e gasolina; efeitos do Protocolo de Kyoto que impõe a redução da emissão de CO² na atmosfera; a incapacidade dos EUA, maior produtor de álcool de milho, de atender o crescimento do mercado interno e externo; baixo custo de produção de açúcar e álcool; crescimento da produtividade do trabalho agrícola e industrial na região Sudeste do país.

Com a crise do capital a partir de 2008, as empresas do setor sucroalcooleiro intensificaram as fusões com grupos estrangeiros e parte deste passou para corporações como Cargill, Louis Dreyfus Commodities, Tereos, Adeco Agropecuária, Nouble e Infinity Bioenergy. Dados de 2008 da União dos Produtores de Bioenergia (Udop) revelaram que a participação de grupos estrangeiros na moagem de cana no centro-sul do país avançou de 9,21% em 2007, para 11,1% no ano seguinte. Entre 1996 e 1999 havia em torno de sete fusões e aquisições de usinas. Nesse período, o setor entra em crise e apenas na década seguinte (2000) volta a crescer e passa por grande reestruturação e um forte investimento na política do etanol. Fruto dessa reestruturação entre 2000 e 2007 ocorreram 80 fusões na agroindústria canavieira.

Toda essa acumulação e expansão do capital tiveram o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Em 2004 o setor sucroalcooleiro recebeu do BNDES a quantia de R\$ 605 milhões e, em 2007, o montante de R\$ 3,6 bilhões, representando 4,76% do crédito total concedido pelo banco. Entre 2009 e 2010 o setor sucroalcooleiro



movimentou cerca de R\$ 56 bilhões, o que significou 2% do PIB nacional. Chama atenção o número de trabalhadores empregados no período - 33 milhões – que foram responsáveis pela produção de 33 milhões de toneladas de açúcar e 29 bilhões de litros de etanol. (LIMA, 2011).

As transformações ocorridas no setor sucroalcooleiro revelam a dinâmica e metamorfose do capital a cada fase e como ele se reestrutura para garantir sua reprodução, dominando o processo de trabalho, os meios de produção e a força vital que faz gerar a riqueza. Tudo isso via avanço científico e tecnológico, incentivos fiscais, ajuste estrutural da economia local e prioridade ao agronegócio. Esse “progresso” modernizador representa a valorização do capital, à medida que desenvolve estratégias de extração da mais valia de trabalhadores agrícolas e industriais.

O avanço tecnológico, concebido através da mecanização, maquinário, informática, inovações químicas e biológicas, revela-se em capital com o propósito de subjugar e controlar a força de trabalho, os meios de produção, o processo de trabalho agrícola e industrial e apoderar-se da riqueza produzida pelo trabalho excedente, trabalho não pago, que agora se transforma em lucro, em mais valor. É a preponderância do capital sobre o trabalho, decompondo tudo em renda (terra, recursos hídricos, trabalhadores, tecnologia, etc). Na concepção de Thomaz Júnior (2002) o trabalho objetivado tende a aumentar em relação ao trabalho vivo.

Na medida, então, em que o desenvolvimento das forças produtivas (relações técnicas de trabalho e produtividade) depende e é condição do desenvolvimento das relações sociais de produção (regras de trabalho, gerenciamento), o “trabalho objetivado” (máquinas, capital constante) tende a aumentar em relação ao trabalho vivo (capital variável), como forma de garantir o processo de valorização do capital. Pode-se dizer que o capital busca, incessantemente, a transformação dos meios de produção e do próprio trabalhador. (Thomaz Júnior, 2002, p.136)

Os incrementos tecnológicos, somados aos econômicos, financeiros e fiscais, através do Pró-álcool, contribuíram para o aumento da produtividade do trabalho, favorecendo a valorização do capital, com o rebaixamento do custo de produção, novas formas de gestão e controle do processo de trabalho, assinalando no tempo e nos territórios estratégias de contratação e tratamento da força de trabalho assalariada. Nesse cenário aparecem novas funções e até tipos de trabalhadores, agora polivalentes, integrado as



forças de mercado, adequados às novas exigências do processo de trabalho. Esse contexto impõe novos desafios para suas organizações sindicais e movimentos sociais. Esse movimento do capital financeiro sobre a produção agrícola, também se reflete na região canavieira de Pernambuco, por exemplo, com fortes conseqüências para a vida dos trabalhadores assalariados.

Valorização do Agronegócio na Zona Canavieira de Pernambuco: uma experiência no coração do Nordeste

A área canavieira de Pernambuco é parte desse processo de acumulação e expansão do capital. Ela é composta por 43 municípios, ocupando uma área de 8.738 km², correspondente a 8,9% do território estadual. É uma das Regiões de maior potencial econômico do Nordeste, pelos recursos naturais disponíveis (água, solo, etc.), pelas vantagens locais (em torno da Região Metropolitana do Recife), com razoável infraestrutura econômica (estradas, portos marítimos, aeroportos) e abundante contingente de força de trabalho. No último censo demográfico, a sua população era de 1.132.544 habitantes, equivalendo a 15,9% da população do estado, dos quais 62% se encontravam na zona urbana. Nessa Região concentra-se a monocultura canavieira, que, em uma área de aproximadamente 450 mil hectares, chegou a empregar em épocas de safra, mais de 200 mil pessoas.

Em relação às condições sócioeconômicas, cerca de 17,2% dos habitantes da Mata Norte vivem em situação de extrema pobreza, o que se agrava quando se considera apenas a população rural, onde uma em cada cinco pessoas se encontra nessa situação. Os indicadores não são diferentes para a Mata Sul, onde 17,9% dos moradores vivem em extrema pobreza e, considerando a população rural, cerca de 24,3% estão nessa condição, ou um em cada quatro indivíduos.

Tal situação se revela nos dados do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Pernambuco (CONSEA), que registram o alto índice de insegurança alimentar grave na região, 7,3% para a Zona da Mata Norte e 9,6% para a Mata Sul. Quanto ao mercado de trabalho, observou-se crescimento entre 2006 e 2010, no que diz respeito ao número de vínculos formais, 7,2% para Pernambuco, segundo os registros da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No entanto com menor intensidade para as Matas Norte (4,4%) e Sul (2%). (IBGE, 2010)



O último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), sobre o setor sucroalcooleiro revela a perda de participação relativa da produção pernambucana de cana-de-açúcar, que, na safra 2013/14, deverá representar apenas 3% da área plantada e 2% da produção de cana no país. Em termos absolutos, isso representa 295,4 mil ha para uma produção de 14.632 mil t, com uma produtividade média de 49,5 toneladas por hectare, contra uma média nacional de 73,5 t/ha. Em dez anos, o estado reduziu 18,7% da área plantada e, em 23%, a produção de cana, o que implicou redução da produtividade de 5,3%, no período em análise. Esse declínio, que vem desde o fim do Proálcool, no início da década de 90, reflete o deslocamento da produção para outras regiões do país, em especial, o Centro Sul, que atualmente representa 91% da produção nacional. Para a safra 2019/2020 estima-se que Pernambuco produzirá 12,5 milhões de toneladas, sendo 430 milhões de litros destinados à produção de etanol e 800 mil toneladas para a produção de açúcar.

Há um aumento significativo de produtividade nas safras a partir de 2007. Isso se deu em função da reestruturação do setor a partir de 2002, com mais incentivos fiscais, fusão de algumas empresas, avanço tecnológico, mecanização e novas formas de gestão da produção e da força de trabalho. Mesmo em um cenário de expansão de consumo de açúcar e etanol – com o aumento da composição de álcool na gasolina e a produção de carros multicomcombustíveis, o que garante um mercado estável e crescente para a produção sucroenergética, as perspectivas de ampliação da base produtiva nesse setor em Pernambuco são bastante tímidas, principalmente quando comparadas a períodos da história em que o Estado se configurou como o maior produtor nacional.

A perda de dinamismo do setor se refletiu no mercado de trabalho, entre 2006 e 2011, quando se observou uma redução de 35% no número de vínculos registrados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) para o cultivo de cana-de-açúcar no estado, passando de 53.832 para 34.970 postos formais, que, em sua maioria, eram ocupados por homens (93%), entre 25 e 49 anos (67%), que tinham, no máximo, o Ensino Fundamental completo (92%). (FETAPE, 2013)

Mesmo em meio à crise do setor, registra-se um número de 13 empresas em funcionamento na Mata Sul e Norte de Pernambuco, quais sejam: Usivale Indústria e Comércio Ltda (Usina Laranjeiras); Usina Cruangi S/A; Usina Central Olho D'água; Usina São José S/A; UNA Açúcar e Energia Ltda; Interiorana Serviços e Construções Ltda; Usina Bom Jesus S/A; Usina Salgado S/A; Usina Ipojuca; Cachool Comércio e



Indústria S/A; Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda; Usina Pumaty S/A; Usina Petribu S/A.

As empresas sucroalcooleiras em funcionamento em Pernambuco são responsáveis pela produção de açúcar e álcool do Estado, segundo maior produtor do Nordeste, perdendo apenas para Alagoas. Chama atenção a empresa Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda, pertencente ao Grupo Farias que domina 20 mil hectares de terra com cana-de-açúcar em Pernambuco. Além disso, esse grupo detém outras agroindústrias sucroalcooleiras no Brasil (Goiás, Acre e São Paulo) e empresas em outros ramos da produção agrícola e industrial, tais como: concessionárias de veículos, produção de fruticultura irrigada, projetos de ecoturismo, logística e desenvolvimento imobiliário. Isso evidencia a diversificação dos ramos de produção das empresas transnacionais, articuladas aos empresários nacionais, com apoio do Estado.

Da mesma forma, o Grupo Petribu que investe em agroindústria canavieira, sorvetes e picolés, termoelétrica, além de ser acionário do Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (SUAPE). Esse grupo tem uma capacidade de produzir 375 toneladas de cana de açúcar por hora; 800 sacos de 50 Kg de açúcar por hora; 8,35 metros cúbicos de etanol por hora; uma área de aproximadamente 25.000 hectares cultivados e área total de 32.122 hectares.

Já o Grupo Olho D'Água possui duas empresas sucroalcooleiras, Usina Central Olho D'Água/PE e a Companhia Industrial Vale do Parnaíba/PI (COMVAP) – Açúcar e Álcool Ltda., esta última adquirida em 2002, quando tinha uma moagem de apenas 200.000 toneladas de cana por safra. Sob a administração do grupo, a empresa moeu na última safra, 807.000 toneladas de cana-própria e mais 206.000 toneladas de fornecedores de cana. Atualmente, tem uma moagem consolidada de 2.700.000 toneladas de cana-de-açúcar e emprega na safra e entressafra 7.630 e 3.500 funcionários respectivamente.

Com a reestruturação do setor a partir dos anos 1990, várias usinas e destilarias do Estado foram desativadas e as terras estão abandonadas ou nas mãos de arrendatários que tentam sobreviver do fornecimento de cana-de-açúcar para as empresas maiores. Exemplo disso é a falência da Usina Pumaty, situada no município de Joaquim Nabuco que dispensou 1,8 mil trabalhadores em julho de 2013.

No momento da falência, a empresa tinha cerca de 2.200 trabalhadores/as na indústria e no campo. Outro exemplo dessa crise é a desativação da Usina Gruangi, em



Timbaúba, que o Governo Federal ameaçou desapropriar para fins de reforma agrária, mas os fornecedores de cana e os proprietários não permitiram e entraram em acordo com o governo para arrendar as terras da usina. Outras áreas de cana-de-açúcar estão em processo de conflito de terra, pois foram ocupadas por famílias sem terra, organizadas pelo MST ou pela FETAPE. Estima-se que há em Pernambuco, existem cerca de 33 acampamentos de luta pela terra, na área canavieira, ocupando as áreas de engenhos e usinas desativadas.

A crise da produção sucroalcooleira coloca em xeque o modelo de desenvolvimento hegemônico da Zona da Mata Pernambucana, baseado na monocultura da cana, que absorvia inclusive a produção de pequenas propriedades e assentamentos, que, sem o apoio sistemático de políticas públicas voltadas para a produção, assistência técnica, financiamento e comercialização/escoamento de alimentos, acabavam por engrossar a cadeia produtiva da cana-de-açúcar. Não foram criadas alternativas de absorção da mão de obra dispensada pelo setor e a tendência é que, com a opção de reconfiguração produtiva em curso na região também não criará alternativas sustentáveis de ocupação para esses/as trabalhadores/as, sobretudo para a juventude. (Fetape, 2013)

A reestruturação produtiva que se processou no setor a partir dos anos 1990 está intimamente ligada às novas exigências do capitalismo: maior produtividade, menor custo, menor preço de mão-de-obra e diminuição de trabalhadores canavieiros.

Conclusão

As transformações ocorridas nas últimas décadas nas formas de reprodução e acumulação do capital inauguraram um novo ciclo do desenvolvimento capitalista, caracterizado pela mundialização da esfera financeira. A mundialização da economia está amparada nos grupos e empresas transnacionais, de capital industrial associada ao capital financeiro que comandam a acumulação, com apoio estatal. Nessa nova ordem mundial, altera-se o processo produtivo, criando novas relações de trabalho e acentuando as desigualdades sociais, produzidas pelo sistema capitalista.

De acordo com Behring (2003, p. 40) esse período caracteriza-se pela acumulação flexível, para alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo custo, ou seja, um processo de super exploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e os efeitos de barbarização da vida social.



Como resultado desse processo de acumulação do capital no campo, tem-se a intensificação da exploração da força de trabalho; degradação ambiental; uso intensivo de agroquímicos; altos índices de empobrecimento e miséria da população local; entre outras consequências.

Referências bibliográficas

Andrade, Manoel Correia. Espaço e Tempo na Agroindústria Canavieira de Pernambuco. Estudos Avançados vol.15 nº43 São Paulo, Setembro/Dezembro, 2001. (Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300020>. Acessado em 12/08/2019).

Behring, Elaine Rossetti. Brasil em Contra-reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

Fetape. Diretrizes para Reestruturação Sócioprodutiva da Zona da Mata: Uma Contribuição da Sociedade Civil. Recife, 2013.

Guerra, Yolanda. A Dimensão Investigativa no Exercício Profissional. In. CFESS (ORG). Serviço social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Ianni, Octavio. A Construção da Categoria. s/d (mimeo)

IBGE. Censo Demográfico, 2010.

Lima, Eduardo Sales de. Cana-de-açúcar, mais máquinas e produtividade, a mesma exploração. Jornal Brasil de Fato, junho 2011.

Novaes, José Roberto e ALVES, Francisco (Orgs.). Migrantes – Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007

Novaes, José Roberto Pereira. Idas e Vindas: Disparidades e Conexões Regionais – Um Estudo sobre o Trabalho Temporário de Nordestinos na Safra da Cana Paulista. IN: _____ e ALVES, Francisco (Orgs.). Migrantes – Trabalho e Trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro). São Carlos: EDUFSCAR, 2007.

Sant’Ana, Raquel Santos. Trabalho Bruto no Canavial – Questão Agrária, Assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

Thomaz Júnior, Antônio. Por trás dos canaviais, os “nós” da cana: a relação capital X trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.